

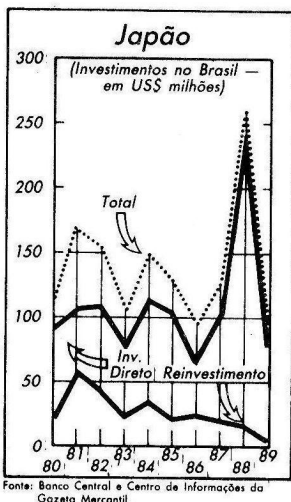
Negociações no Japão para obter créditos

por Getúlio Bittencourt
de Nagoya

O governo brasileiro aproveitou a realização da assembleia geral do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para retomar a negociação de empréstimos de mais de US\$ 8 bilhões do Japão para o País. "Alguns desses entendimentos estão bem adiantados", disse ontem o secretário Marcos Fonseca, do Ministério da Economia.

Fonseca acredita que em três meses parte dos recursos estará liberada, embora os japoneses estejam negociando as cifras e suas condições, pacientemente, há seis anos. É quanto dura até aqui a decisão japonesa sobre quatro empréstimos pelo Fundo de Cooperação Econômica Internacional (OECE), no valor de US\$ 1,5 bilhão.

Os projetos incluem um programa de irrigação no Nordeste e outro em Minas Gerais, um de modernização portuária e outro de eletrificação rural em



Goiás. Fonseca considera que as condições desses empréstimos do OECE são melhores para o País do que os do Banco Mundial (BIRD), tanto no prazo quanto nos juros.

No caso do projeto de modernização portuária, o governo acaba de entregar aos japoneses os documentos descrevendo os novos mutuários e removendo o

anterior, que era a Porto-brás. Fonseca afirma que este projeto e o de irrigação no Nordeste estão em fase adiantada. Há cinco outros projetos brasileiros, no valor de US\$ 2 bilhões, vagando pelas gavetas do Eximbank. Um deles é o co-financiamento de US\$ 500 milhões para um empréstimo do BIRD ao setor elétrico.

Existe também a surpreendente oferta do Ministério da Indústria e Comércio Internacional do Japão (MITI) de abrir uma linha de crédito especial para financiar exportações brasileiras até US\$ 1 bilhão. O MITI aparentemente aplicaria os recursos através da "trading" japonesa Marubeni.

Mas, para fazer isso, o MITI coloca algumas contrapartidas. O Brasil teria que fazer o gesto de pagar US\$ 200 milhões dos US\$ 800 milhões em juros atrasados de empréstimos oficiais dos japoneses. E, se fizer isso, o Brasil poderá enfrentar dificuldades no Clube de Paris, que prevê tratamento igualitário aos credores.

Mas, se não fizer, talvez fique sem a linha de crédito. Outra condicionante da qual os brasileiros tentam demover o MITI é a de que o financiamento seja exclusivamente para produtos brasileiros importados pelo Japão. Fonseca quer convencê-los a liberar os meios para exportações a outros países também.

O secretário observa que a oferta dessa linha de crédito surgiu em sua visita anterior e polêmica a Tóquio, há quarenta dias, e veio, apesar de uma divergência praticamente pública do governo japonês: o MITI propôs a linha aos brasileiros, a despeito da oposição do ministro da Fazenda, Ryotaro Hashimoto.

Os termos da proposta do lendário ministério que comandou a invasão dos EUA

(Continua na página 20)

"Não se trata de saber quanto nós poderemos crescer depois de pagar a dívida externa, mas sim de quanto nós poderemos pagar em termos da dívida externa depois de garantido o nosso crescimento econômico", disse ontem o presidente Fernando Collor de Mello ao comentar o acordo da dívida, que considerou "perfeitamente compatível com nossas teses".

(Ver página 8)

Negociações no...

por Getulio Bittencourt
de Nagoya
(Continuação da 1ª página)

pela indústria de automóveis do Japão a partir da metade dos anos 70 são parecidos com as linhas gerais de melhoria das relações Brasil-Japão, conforme descritas pelo presidente do Banco Industrial do Japão (IBJ), Yoh Kurosawa, numa conversa com o empresário brasileiro Marcio Fortes.

Alguns ingredientes são parecidos. Kurosawa disse a Fortes que o Brasil deve começar a saldar sua dívida com o Japão, suas empresas e seu governo. Uma vez que tome essa iniciativa, desobstrui o caminho para novos empréstimos.

A desobstrução pode acontecer, nesse contexto, mesmo que o País ainda não tenha concluído seus entendimentos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo o raciocínio de Kurosawa. Seu ban-

co não é um banco comercial, mas uma espécie de banco de desenvolvimento de capital privado japonês. Os bancos comerciais do Japão dificilmente voltariam a emprestar ao Brasil agora, mas o IBJ pode fazê-lo.

Na visão que Kurosawa apresentou a Fortes e a outros brasileiros em Nagoya, o Japão precisa de alternativas. Depois de quarenta anos de esforços, os japoneses ainda se sentem rejeitados e não compensados em seu relacionamento com os EUA. A Europa ameaça fechar-se ao protecionismo.

A União Soviética, pelo lado asiático, e a América Latina, do outro lado do mundo, representam duas das mais importantes opções estratégicas para o Japão de Kurosawa, que parece ser o mesmo Japão do MITI. Mas é preciso pagar pelo menos parte das contas, sobretudo das contas japonesas.